



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

---

**DESPACHO n. 02495/2022/PFE-ANM/PGF/AGU**

**NUP: 48051.002203/2019-80**

**INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM**

**ASSUNTOS: MINERAÇÃO**

1. De proêmio, tomo cognição do DESPACHO Nº 43399/GT-SAL/ANM/2022 que diz:

(...)

*De acordo com o extrato das recomendações do GT-SAL, abaixo transcrito, contido no Parecer Técnico Nº 127/2021/SEFAM-RN/GER-RN (3353499 ou 3372869):*

*“Considerando que as medidas atualmente em execução para o fechamento da mina foram planejadas com a anuência da ANM, que dependem de condições operacionais para sua implantação e que estas vem ocorrendo de maneira satisfatória e ainda, que os relatórios apresentados não têm indicado alterações significativas ao longo dos últimos meses, o GT propõe encaminhar à PFE, para avaliação, sugestão de petição ao juízo, solicitando o relaxamento da obrigação de apresentar relatórios de acompanhamento da execução das medidas efetivadas a cada 30 (trinta) dias, propondo-se a apresentação de relatórios semestrais, sem prejuízo da necessidade de manifestação do GT em casos excepcionais.”*

*E, devido à ampliação do objetivo GT, para o acompanhamento do fechamento de todas as minas de Sal em operação no País, trazido pela Portaria ANM Nº 842, de 05 de outubro de 2021(3737981) publicada no Boletim Interno da ANM em 22/10/2021, o GT solicita o encaminhamento à PFE para apreciação, e, se considerado pertinente, realizada a devida petição, visando a alteração da DECISÃO nº. 123/2019/SJVM/JFT/4ªVARA/AL -ACP Nº 0803662- 52.2019.4.05.8000 (item 36.3), dilatando o prazo de obrigatoriedade de apresentação, por parte da ANM, de relatórios mensais para um período semestral, ou, ao menos, trimestral.*

2. Ato sucessivo, conheço da COTA n. 00905/2022/PFE-ANM/PGF/AGU do Núcleo de Demandas Judiciais da Coordenação de Assuntos Minerários.

3. Nessa toada, nos termos do prescrito no art. 31 da Portaria PGF nº 172, de 21 de março de 2016, distribuo o presente expediente à Procuradora Federal Mônica Aparecida Maia Pinheiro para avaliação e peticionamento apropriado.

Brasília, 24 de março de 2022.

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA  
Procurador-Chefe da ANM

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 48051002203201980 e da chave de acesso 33f4f855

---

Documento assinado eletronicamente por MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 850987129 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA. Data e Hora: 24-03-2022 09:50. Número de Série: 7116423960796185811. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
NÚCLEO DE DEMANDAS JUDICIAS

---

**COTA n. 01039/2022/PFE-ANM/PGF/AGU**

**NUP: 48051.002203/2019-80**

**INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM**

**ASSUNTOS: MINERAÇÃO**

Prezado (a) Procurador (a),

Considerando que a Portaria PGF nº 1080/2009 atribuiu a Procuradoria Federal no Estado do Alagoas a representação judicial da Agência Nacional de Mineração no Estado do Alagoas a ANM solicita que seja realizado o peticionamento na **Ação Civil Pública Nº 0803662-52.2019.4.05.8000 - 4ª Vara Federal de Alagoas** - requerendo dilação de prazo para apresentação dos relatório mensais para um período semestral, ou ao menos, trimestral, conforme a fundamentação exposta no DESPACHO Nº 43399/GT-SAL/ANM/2022 - seq. 76:

Considerando que as medidas atualmente em execução para o fechamento da mina foram planejadas com a anuência da ANM, que dependem de condições operacionais para sua implantação e que estas vem ocorrendo de maneira satisfatória e ainda, que os relatórios apresentados não têm indicado alterações significativas ao longo dos últimos meses, o GT propõe encaminhar à PFE, para avaliação, sugestão de petição ao juízo, solicitando o relaxamento da obrigação de apresentar relatórios de acompanhamento da execução das medidas efetivadas a cada 30 (trinta) dias, propondo-se a apresentação de relatórios semestrais, sem prejuízo da necessidade de manifestação do GT em casos excepcionais.

E, devido à ampliação do objetivo GT, para o acompanhamento do fechamento de todas as minas de Sal em operação no País, trazido pela Portaria ANM Nº 842, de 05 de outubro de 2021(3737981) publicada no Boletim Interno da ANM em 22/10/2021, o GT solicita o encaminhamento à PFE para apreciação, e, se considerado pertinente, realizada a devida petição, visando a alteração da DECISÃO nº. 123/2019/SJVM/JFT/4ªVARA/AL -ACP Nº 0803662- 52.2019.4.05.8000 (item 36.3), dilatando o prazo de obrigatoriedade de apresentação, por parte da ANM, de relatórios mensais para um período semestral, ou, ao menos, trimestral.

Solicito ao apoio da PFE ANM o envio do NUP à PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS- NUAFI -NÚCLEO DE AÇÕES FINALÍSTICAS, com abertura de tarefa para providências judiciais.

Brasília, 24 de março de 2022.

MÔNICA APARECIDA MAIA PINHEIRO  
PROCURADORA FEDERAL  
ANM

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 48051002203201980 e da chave de acesso 33f4f855

---

Documento assinado eletronicamente por MONICA APARECIDA MAIA PINHEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 851179562 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MONICA APARECIDA MAIA PINHEIRO. Data e Hora: 24-03-2022 12:44. Número de Série: 12026817936747295754674920685. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---